

Precárias experiências em dissidências: crianças que não cabem em si¹

Precarious experiences in dissent: children who do not fit in

Alexsandro Rodrigues ⁽ⁱ⁾

Megg Rayara Gomes de Oliveira ⁽ⁱⁱ⁾

Pablo Cardozo Rocon ⁽ⁱⁱⁱ⁾

Steferson Zanoni Roseiro ^(iv)

⁽ⁱ⁾ Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil. <http://orcid.org/0000-0002-5998-4978>, xela_alex@bol.com.br.

⁽ⁱⁱ⁾ Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9203-9989>, meggrayaragomes@gmail.com.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2696-5786>, pablocardoz@gmail.com.

^(iv) Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1424-2281>, dinno_sauro@hotmail.com.

Resumo:

O texto busca, na emergência do presente, diante da precariedade da vida, afirmar um campo de investigação, incipiente em educação e psicologia, sobre processos de produção de vida crianceros em dissidências com o corpo, gênero e sexualidade. No entrelaçamento teórico e metodológico, perspectivando a produção do comum, foram reunidos estudos da criança, filosofia da diferença, leituras feministas e pós-estruturalistas, a fim de problematizar a criança em seus desvios e fugas diante das instituições de sequestro. As memórias e narrativas crianceras que aqui comparecem foram produzidas em acontecimentos aprendentes entre pessoas que não precisam de um nome, que não se conformam com uma vida sempre igual e profanam, em atos de rememoração, os dispositivos da infância e da norma.

Palavras-chave: criança, acontecimento, dissidência, precariedade, vida

¹ Normalização, preparação e revisão textual: Douglas Mattos (Tikinet) – revisao@tikinet.com.br.

Abstract:

The text searches, in the emergence of the present facing the precariousness of life, to affirm an incipient field of investigation, in education and psychology, about the production of life processes of children in dissidences with the body, gender and sexuality. In the theoretical and methodological weft, aiming to produce the common, it gathered studies about children, philosophy of difference, feminist and poststructuralist readings in order to problematize the child in their deviations and escape against the kidnapping institutions. The childish memoirs and narratives here were produced in learning events among people who do not need a name, who do not conform themselves to a life that is always the same and then profane, in acts of remembrance, the devices of the childhood and of the norm.

Keywords: *child, event, dissent, precariousness, life*

Introdução

Os inomináveis são os que não são nem isto nem aquilo. Aquilo que não se presta ao jogo da oposição nem de sua lógica. Aquilo que deixa a ordem sem efeito, que desordena. Os inomináveis fragilizam todo conhecimento, toda determinação. São, por isso mesmo, a indeterminação, o adiamento do conhecimento, o deixar para depois – e sempre para depois – toda classificação, toda definição, toda catalogação. E ao chegar esse depois, deixar outra vez de lado a certeza de todo nome para continuar órfão do malefício da ordem (Skliar, 2003, 55).

Se a criança importa como novidade, acontecimento e potência de produção de mundos, por que temos tanto medo de nos aventurarmos em viagens sem roteiro com as inomináveis que nos habitam em seus deslizamentos ariscos e desordeiros nas relações que estabelecem, num já saindo, com o corpo, o gênero e a sexualidade? Esta é a provocação feita em pesquisa, numa roda de conversa, com as inomináveis que não esquecem, porque não podem e não precisam desviar de suas vidas e de suas histórias. Essa pergunta, que abre esta conversa em pesquisa, tem por interesse a criança em dissidência diante do perigo do malefício da norma, como nos alerta Carlos Skliar (2003) na epígrafe deste texto. Este interesse de pesquisa que se investiga acontece na justa medida em que vemos avolumar obsessões compartilhadas em torno do dispositivo da infância, que buscam em seus exercícios de poder e saber interditar a criança que escapa e borra o sistema sexo/gênero. E em Gayle Rubin (2017, p. 11), pensamos a criança que borra “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade

biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

Nessa roda de conversa aberta ao intempestivo em dissidências, nos unimos em alianças inomináveis, preocupados que estamos com a crescente onda de violência que atinge a população LGBT, gerando insegurança, sofrimento e desesperança com o presente. Sabemos com a precariedade de nossos corpos, como bem nos fala Judith Butler (2015), que o futuro não estará disponível enquanto não produzirmos problematizações que contribuam para ressignificar a nossa compreensão sobre a vida vivível, como direito inegociável no vivido. Nessa roda de conversa, acessávamos imagens crescentes de violências estruturais e institucionais com nossos corpos e línguas afiadas sem dificuldade, sentindo, no frescor dos acontecimentos, o arrepio que assombra as dissidências sexuais. À flor da pele, desembolando conversas, trazíamos para junto de nós reverberações de discursos que, de lugares de privilégios, arrogam em dizer “Salvem as criancinhas”.

De posse de fios desembolados na trama do presente, uma das narradoras que conosco compunha presença e implicação com o tema do encontro, interroga-se e nos interroga: e não fomos nós crianças? Não fomos suficientemente dignas para nos reconhecerem como crianças? Com essas questões provocadoras de análises, deslocando-nos entre o que supomos ser, começamos a desconfiar que nunca fomos crianças e, há quem diga, que não somos humanos! E por não sermos reconhecidos em nossas humanidades, nossas vidas pouco importam.

As crianças em dissidências com as normas de gênero e sexualidade, inomináveis existências que fragilizam dispositivos da infância e dos bons costumes, essas com quem não se ousa falar, mas sim de quem e sobre quem, *existem*. As crianças que fomos, somos e as que nunca seremos, estas que não queremos e não podemos esquecer, nos importam com suas sobrevivências e com os mundos que se criam em suas existências. Não somos boas cópias para o dispositivo da infância! Ruímos, contradispositivando a infância na fragilidade de nossas existências. Malditas crianças!

Nossa conversa parturiente de incômodo com o presente nos convoca a prestar atenção nas intenções das políticas em curso, que fixam seus interesses num modelo-criança, de família e sociedade idealizados numa métrica padrão, que devem ser protegidas a todo custo do mal. Esta política discursiva, com seu poder agenciador de espetacularização da vida normatizada pelo sistema sexo/gênero, ocupa destaque nos veículos de comunicação e interação social, nas

políticas curriculares da educação, nas barganhas do fundamentalismo político e religioso com seus discursos apelativos da ideologia de gênero, no desejo e afirmação do projeto Escola sem Partido, na cura gay e na proibição de exposições de arte aos modos do *Queermuseu: cartografia da diferença na arte brasileira*. Poderíamos aqui continuar elencando inúmeros outros acontecimentos que, pelo país afora, se fizeram saber a favor da infância a ser protegida dos perigos que rondam uma vida em dissidências. Não sendo esse o foco deste texto, não podemos deixar de mencionar que esta trama-política discursiva que apela para a garantia a todo custo da inocência de uma forma-criança colabora e também cria as condições necessárias para a instalação do pânico moral na população. Gayle Rubin, problematizando as estratégias de produção do pânico moral na década de 1980 em razão da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), recorre a Jeffrey Week em *Sex, politics and society*, e com ele diz:

O pânico moral cristaliza medos e angústias bastante difundidos, e muitas vezes os enfrenta não buscando as causas reais dos problemas e as circunstâncias que eles demonstram, mas deslocando-os como demônios do povo de algum grupo social concreto muitas vezes chamado de imoral ou degenerado. A sexualidade tem tido um papel particularmente importante em tais pânicos, e os desviantes sexuais têm sido os bodes expiatórios onipresentes (Week, 1981 citado por Rubin, 2017, p. 104).

Não somos nós o perigo, como bem disse Jeffrey Week, somos vidas frágeis, bodes expiatórios do sistema sexo/gênero em seu desejo de manutenção de privilégios e hierarquias. Nessa expiação, vivemos, quando conseguimos expandir a vida que não cabe em si, permanentemente em risco. Nessa conversa acirrada com as ações políticas difusas que produzem o medo, a fúria e a indignação e distribuem os pânicos morais, Rubin (2017, p. 109) alerta-nos para o fato de que

os pânicos morais são o momento político do sexo, durante o qual atitudes difusas são canalizadas na forma de ação política e, a partir disso, de transformação social. A histeria quanto à escravidão branca na década de 1880, as campanhas contra homossexuais na década de 1950 e o pânico com relação a pornografia infantil no fim da década de 1970 são exemplos típicos de pânico moral. ... Durante um pânico moral, esses medos são projetados sobre uma população ou atividade sexual desfavorecida. A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos. Após passar o furor, alguns grupos eróticos inocentes terão sido dizimados, e o Estado terá ampliado seu poder para novas áreas de comportamentos eróticos. O sistema de estratificação sexual cria vítimas fáceis, desprovidas de poder para se defender, bem como um aparato preexistente para controlar seus movimentos e restringir suas liberdades.

Na invenção de vidas descartáveis, descaracterizadas em sua humanidade, alvos fáceis do malefício da norma e da ordem, por não fazerem falta, vivem o descarte, desaparecerem e passam a compor as frias estatísticas de mortes violentas. Quantas crianças em dissidências do sistema sexo/gênero morreram e sofreram violências na instauração e efetivação do pânico moral e nas políticas de caça às bruxas na manutenção desse sistema?

As pessoas que compõem esta conversa são algumas dessas crianças que astuciosamente desenvolveram resistências criativas para se manter de pé e com vida. Como tudo isso não é pouco, são também as que não conseguem, porque não podem esquecer-se das histórias de violências vividas. Com provocação de não saberes, disparadora de curiosidades epistemológicas, anunciadora de riscos e perigos à profanação dos dispositivos da infância, perguntamos por esses corpos que não são dignos de luto (Butler, 2015). Entre assombros, fantasmas e a polícia da ordem, acusam-nos de nos esforçarmos por fazer desserviço às políticas da infância. Então, com um pedido de criança teimosa, insistimos que não nos levem a sério, pois numa conversa – dessas onde se instala um princípio democrático de respeito à diferença, dessas que acontecem ao saber das lembranças e rememorações – podemos entrar e sair! Numa conversa, ao chegar, seja bem-vindo!

Das experiências de não caber

Contradispositivando o sistema da infância, em atos de conversação, fabulação e ficção, temos nos valido de nossas existências políticas na mais íntima relação com a experiência em nos pesquisar, rememorando e narrando, com um bando de memórias-crianças em corpos heterotópicos que, ao se juntarem, contam, aos que possuem ouvidos de ouvir, outras histórias.

Colocando corpos para conversar, apostamos numa proposta de fazer com que os tempos se entrecruzem. Partindo do conceito de heterotopia de Michel Foucault (2013), reconhecemos que alguns espaços e alguns pontos de encontro ultrapassam quaisquer possibilidades cronológicas ou funcionais previstas para os corpos que ali transitam. Assim é que, pondo corpos em contato uns com os outros, propusemos trazer junto à efervescência das conversas tanto o imediato da vida quanto as memórias daqueles que se punham a falar, correndo o risco de, nalguns momentos, perambular entre o fajuto da memória e o afetivo das histórias que nos eram contadas.

Precisamos compreender, aos modos de Michel Foucault (2006, p. 26), que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Aproximando novo e autoria – duas coisas que, de certo modo, acabam por ficar em evidência ou por serem questionadas nessa nossa metodologia –, faz-se necessário dizer que: “o autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (Foucault, 2006, p. 28). Por isso as conversas e as políticas de narratividades nos ajudam a atualizar a necessidade real que temos de criar condições de vida. As crianças em dissidências, em suas experiências heterotópicas, justapõem “em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis” (Foucault, 2013, p. 24). Elas aprendem ainda muito cedo, em suas lutas diárias, que não existem espaços incompatíveis nos usos que fazem do corpo como território a ser praticado, explorado, hibridizado e vivido. Em nossas pesquisas com conversas dissidentes cabem vidas inteiras, e é por isso que, insistentemente, temos narrado as experiências-crianças performativas traidoras da mesmidade do sistema sexo/gênero; nesse jogo, essas crianças fazem tremer as expectativas da heterossexualidade compulsória, com seus privilégios.

E por não se deter ante os perigos que rondam as vidas em dissidências do sistema sexo/gênero e suas hierarquias, a experiência-criança – essa infância que é sempre da ordem dos afetos, da ordem das violências, das pausas e do novo (Larrosa, 2014) – narra:

Meu sonho, com 5 ou 6 anos, era ter cabelos compridos. Passava boa parte do tempo contemplando os longos cabelos de minha irmã mais velha na esperança de ter um cabelo igual. No final do dia, por volta das 17 horas, antes de fazer a “janta” no fogão à lenha, minha mãe abria a porta da sala e sentava-se cuidadosamente no degrau que separava esse cômodo da varanda, soltava seus longos e encaracolados cabelos e passava um bom tempo desembaraçando cuidadosamente cada mecha. Eu sentava na varanda, pernas na mesma posição da minha mãe, com uma toalha de banho amarrada na cabeça que me servia de peruca, imitava cada movimento daquela que foi meu primeiro modelo de mulher. Depois de desembaraçado, minha mãe prendia seus cabelos em um belo coque no alto da cabeça, delicadamente protegido por um lenço. Eu tentava repetir os mesmos movimentos e torcia a toalha de banho e prendia como podia atrás da cabeça. Minutos depois estava eu correndo pelo quintal, pela rua com meus longos cabelos balançando livremente sem nenhuma censura. Num belo e ensolarado domingo minha mãe avisou que receberíamos a visita de uma comadre dela com a família. O casal e mais uma criança da minha idade chegou em uma carroça puxada por um cavalo, coisa muito comum naquela época, principalmente entre moradores da zona rural. Fiquei incomodada com aquela menina, com longos cabelos louros que desciam até a cintura, mas que usava shorts e camisa de menino e um par de Kichute nos pés. Depois de analisar detidamente a menina, perguntei pra minha mãe por que ela usava roupas de menino. Minha mãe me deu um empurrão e, cochichando, falou que não era menina, era um menino. Fiquei louca. Como assim? Como ele podia ter cabelos longos e eu não. Quando a família foi embora minha mãe explicou que por 7 anos aquele garoto não poderia cortar os cabelos, por causa de uma promessa feita por sua mãe. Ali estava

a solução para o meu problema e pedi que minha mãe também fizesse a mesma promessa. Ela ficou muito brava, pois de acordo com ela, promessa é coisa séria. Assim tive que me contentar com minha peruca feita com toalha de banho. Nessa época fui proibida de andar com minha peruca de toalha de banho (narrativa de pesquisa, 2018).

As crianças em dissidências, acontecências em instantes, efeitos de acasos, que dizem coisas diferentes em situações paradoxais, essas que nos espiam de perto, por dentro, em suas heterotopias com o corpo e a vida, aproveitam do possível aberto no acontecimento na produção de outros mundos. O endereçamento do sistema sexo/gênero atinge os corpos em suas produções de diferença! Não temos controle disso! A mãe que penteava seus cabelos em prática que se aprende com o outro foi a inspiração para a produção das próteses que se grudam temporariamente ao corpo da criança lhe conferindo insubalternização para os limites da estética conferida a meninos e meninas. Não podemos esquecer, com Beatriz Preciado (2014, p. 130), que “a interpelação não é só performativa. Seus efeitos são protéticos: faz corpos”. A criança de Kichute e de cabelos compridos, acontecimento na vida da narradora que conosco compartilha experiências e acontecências crianceiras, nos mostra de que forma um dispositivo em seu hibridismo produz efeitos. Para a mãe daquela criança, o cabelo comprido, não passava de um compromisso religioso, daqueles que se cumprem com lei de vida, daqueles onde em nome de Deus se é, sob anuência da polícia do corpo, permitido imprimir outras marcas no corpo, no gênero e na sexualidade. Para a narradora, o híbrido em sua frente, efeitos de uma promessa, lhe respondia inquietações e, num piscar de olhos, apresentava a solução para o crescimento de seus cabelos. E sobre os híbridos da religião cristã, que atravessa o corpo da criança de Kichute, de cabelos compridos e com roupas de menino, ninguém tem nada a dizer. Em nome da fé, os híbridos podem acontecer na segurança da família, da escola, das políticas, desfilas pela cidade e pela igreja. Afinal, como disse a mãe da narradora: promessa é coisa séria. As dissidências, essas são outras coisas. Não podemos esquecer que o

acontecimento não é nem substância nem acidente; nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito, ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. ... Não se trata, bem entendido, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis. (Foucault, 2006, p. 56-57)

Com essas crianças acontecências e suas narrativas nada habituais nos estudos da educação, em bandos de adultos que gostam da prosa sobre suas memórias-crianças em dissidências, temos investido em apostas metodológicas, em usos nada igrejeiros, com genealogias, cotidianos, conversas, narrativas, cartografias e indícios. Buscamos, num exercício curioso de aproximações e abandonos de saberes fossilizados, distribuídos em dispositivos da sexualidade, colocar em destaque fabulações, memórias e narrativas de adultos em dissidências em suas práticas de rememoração em desvios e desavisos nos (des)encontros na condição de crianças com o corpo-gênero-sexualidades e vice-versa. Desse modo, em companhias de vidas dissidentes, adultos em rememoração, sobreviventes de processos de violências e exclusões dos privilégios do sistema sexo/gênero, somos convocados, pelas razões que cabem numa vida, a prestar atenção na vida cotidiana das experiências-crianças e com elas nos implicarmos. O que temos feito como política de narratividade com as experiências-crianças de todas as cores, jeitos e trejeitos é um desdobrar e destecer de experiências comuns de crianças não localizadas em personagens reais. E por serem irreais, comparecem as experiências-crianças que nos habitam e transitam entre nós de salto alto e no ventre do “era uma vez”. Experiências-crianças deslizantes e saltitantes, quando rememoradas, fazem cócegas nos segredos que guardamos a sete chaves e debocham de nossos desconhecimentos.

Andarilhando em interesses de pesquisa no campo aberto das experiências-crianças em dissidência com o sistema sexo/gênero, com o muito ainda dizer/fazer/escrever, temos encontrado experiências-crianças que comparecem num já saindo e nos provocam a continuar a caminhada. Nessa empreitada pesquisante e aprendente, que nos permite rir, chorar e problematizar, não estamos sozinhos. De forma paciente, como devem ser as nossas conversas, diante da delicadeza e da complexidade que o tema nos apresenta, afirmar as experiências-crianças que nos espiam de perto, por detrás de nossas histórias, e zombam de nossas certezas é coragem coletiva e vontade de desapegos das máscaras que nos grudam, imprimindo nome e identidade. As nossas experiências-crianças, as que são convocadas em atos de rememoração a compartilhar, presenças sempre outras porque híbridas, em seus comparecimentos, não grudam e não colam a um nome-identidade. Não sabem e não precisam saber o que isso significa.

Sobre nossa incapacidade de nomear e classificar as experiências-crianças por serem irreais, René Schérer e Guy Hocquenghem (2016, p. 189) nos diriam que podemos compreendê-las como “arte de se manifestar sempre fora de alcance, de confundir a lógica dos adultos pela rapidez de seus deslocamentos”. Assim, em desdobramentos de perguntas que disparam

curiosidades a partir de experiências com uma vida, o que temos feito, nesse estar junto com outros que se importam com a sustentabilidade da vida, é problematizar as crianças inomináveis, que, como relâmpagos em seus deslocamentos estrondosos e ziguezagueantes, aventuram-se com o corpo-gênero-sexualidade em processos formativos.

Jorge Larrosa (2014), problematizando a experiência como formação, nos ajuda a produzir conexões com a experiência-criança em dissidência. Com Larrosa, gostamos de pensar a experiência com a existência-criança em suas formas inventivas de habitar a vida e o corpo. A este respeito, o autor diz:

Talvez seja preciso pensar a experiência como o que não se pode conceituar, como o que escapa a qualquer conceito, a qualquer determinação, como o que resiste a qualquer conceito que trata de determiná-la A experiência seria o modo de habitar o mundo de um ser que existe, de um ser que não tem outro ser, outra essência, além da sua própria existência corporal, finita, encarnada, no tempo e no espaço, com outros (Larrosa, 2014, p. 43).

A criança e a experiência-criança, impossíveis de serem conceituadas, ativas em práticas de rememoração de uma vida vivível, podem contar e também nos apresentar, se sensíveis estivermos, a precariedade de nossa condição humana. Para os que arrogam ser guardiões da norma do sistema sexo/gênero, elas deixam um aviso: não percam tempo conosco! Nascermos todos os dias. Somos, porque precisamos, bem desconfiadas. As crianças, experiências-crianças, ao jogar o jogo, quando a elas é permitido, adiam e alteram o final da brincadeira. Por serem adiamentos como a linha do horizonte, que se desloca a cada passo em sua direção, essas experiências-crianças não desejam ser explicadas, elas só podem ser sentidas. Prestemos atenção! Uma passou por aqui, por ali, acolá e aí! Qualquer tentativa de explicação só se torna possível quando insistentemente as fixamos no dispositivo da infância. Irritadas, sem rosto, sem identidade, porque não precisam dessas máscaras que grudam e geram conforto, pedem-nos que não nos esforcemos em demasia com tentativas. Ah, as experiências-crianças, inomináveis, as que brotam em nós e nos colocam boquiabertos em seus comparecimentos, nos forçam a nos traír.

Fui tia com 6 anos e aos 7 eu bancava a babá do meu sobrinho. No início eu não gostava, mas quando percebi que correr atrás dele me possibilitava entrar no quarto da minha irmã sem ser cerceada, passei a usar desse expediente. Colocava meu sobrinho para correr e sempre dava um jeito de conduzi-lo ao quarto da minha irmã. Era o momento de mexer nos seus perfumes, nas suas maquiagens e vasculhar seu guarda-roupa. Quando meu sobrinho tinha uns 5 anos minha irmã mudou-se com a família para outra cidade e foi morar numa chácara. Meu cunhado trabalhava como caminhoneiro e costumava ficar dias fora de casa. Nas férias escolares meu

cunhado me buscava para passar uns dias na casa deles. Quando minha irmã saía e eu ficava cuidando do meu sobrinho, eu ligava a televisão e deixava que ele assistisse a todos os programas que ele gostava sem nenhuma censura. Enquanto isso eu me trancava no banheiro e usava as maquiagens da minha irmã. Improvisava vestidos e perucas com toalhas e lençóis. Sempre fui boa para calcular o tempo que minha irmã ficava fora de casa e nunca me flagrou “montada”. Essa chácara, cercada com alambrados, tinha um enorme jardim na parte da frente e um pomar na parte de trás. No pomar tinha pés de tangerina, laranja, limão, mexerica e outras frutas que não lembro mais. Como essas árvores não tinham espinhos eu vivia subindo nelas. No terreno atrás da chácara começava a se formar um bairro e muitas casas estavam em construção. Algumas com moradores. Numa tarde eu estava no alto de uma dessas árvores olhando a vizinhança, quando notei um rapaz sem camisa saindo de uma casa ainda em construção, porém habitada. Ele usava uma calça jeans azul e trazia uma toalha de banho no ombro. Tranquilamente caminhou até o tanque de lavar roupas que ficava no quintal. Olhou para os lados, certificou-se que não tinha ninguém por perto e calmamente tirou a calça e a cueca e entrou no tanque para um banho refrescante. Fiquei ali grudada nos galhos mais altos da árvore, olhando fixamente para o rapaz que se ensaboava cuidadosamente para depois se enxaguar com a ajuda de uma caneca. Todas as tardes eu subia na mesma árvore e esperava pacientemente para vê-lo tomando banho novamente. Para minha alegria presenciei essa cena várias vezes antes do término de minhas férias (narrativa de pesquisa, 2018).

As experiências-crianças com as quais nos aventuramos em atos aprendentes com o pesquisar, ariscas e fugidias, zombam da ordem e fazem, em ato, o assombramento nos conhecimentos ordeiros da (hetero)sexualidade em sua incapacidade de lidar com as crianças que (re)existem e são atualizadas em lembranças. Como diz Beatriz Preciado (2014, p. 26), “a (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação de códigos (masculinos e femininos) socialmente investidos como naturais”. Essas crianças ariscas, as que borram o sistema sexo/gênero, sem capitalizar, sentem com o corpo que se organiza com as próteses disponíveis e acessíveis em seus processos formativos. Uma árvore, uma toalha de banho, uma lajota viram próteses pelo tempo que se desejar, transformando o corpo da criança num corpo novo, e lhe permitem acessar outras coisas. E não só isso, aos modos da narradora acima, sabem usar do tempo e do espaço a seu favor. Mas precisamos aqui não esquecer: o sistema sexo/gênero não violenta somente as experiências dissidentes. Num piscar de olhos, num abraço afetuoso de um pai com seu filho em público e ou de uma mãe com sua filha numa situação parecida, as forças de Herodes, que temem os nascimentos da novidade, podem ganhar formas no insulto, na crueldade, na violência e no extermínio da vida que se recusa a ser modelo.

As experiências-crianças que nos habitam, as que não cabem em alguns álbuns de família, por sobrarem e borrarem o sistema sexo/gênero, de forma zombeteira, lidando com a

vida possível no vivível, escrevem esse texto. Somos elas e nossas experiências em contaminações. Relâmpagos de imagens, balbucios de tempos dentro de tempos em narrativas, ficções, fabulações, histórias, experiências. Nada mais do que isso. Ocupando o destaque que merecem, as imagens de experiências-crianças em dissidências aparecem nesta escrita tendo a mesma importância que autores/as consagrados/as pela academia. Essa atitude acontece por compreendermos que a memória, ao ser atualizada na política da narratividade, não são poucas ilustrações que confirmam o já dito por aqueles que detêm o poder de fabricar a criança, para dela e com ela ter o que dizer e o que fazer. As memórias, vamos compreender com Michel de Certeau (1994), não são apenas documentos, apenas registros que passam, mas compõem artefatos culturais, compõem estéticas da vida. E, como o próprio Certeau sugere, é na vida comum que encontraremos as existências mais intrigantes. São narrativas, imagens, ficções e fabulações e, por ser o que são, não precisam da chancela da identidade conferindo veracidade. As imagens e as experiências dissidentes, com as quais nos importamos e nos mobilizamos, é convocatória política para prestarmos atenção ao que nos passa, convoca e impulsiona ao próximo passo. O que elas pedem, no direito de existir, é que suas vidas sejam garantidas!

Quando fui para a quinta série começaram meus problemas na escola por ser “mariquinha” na interpretação dos meninos. Tive muitos problemas de socialização e os primeiros apelidos e xingamentos homofóbicos começaram a fazer parte da minha rotina já nos primeiros dias de aula. Algumas semanas depois do ano letivo ter começado, fiz minha primeira prova de inglês. Lembro ainda do cheiro de álcool que exalava da folhava mimeografada. Fui a primeira a terminar a prova e a professora me liberou para ir para casa, já que era a última aula. Quando já estava distante algumas quadras da escola, dois garotos da sexta série saíram de um carrinho e passaram a me seguir. Depois de alguns passos passaram a me provocar com xingamentos homofóbicos, do tipo mariquinha, viadinho, etc. Depois de um tempo, apesar do medo, parei sem olhar para trás. Os meninos então me desafiaram a encará-los. Virei e me mantive firme, pois do contrário estaria condenada a ser insultada o tempo todo. Um dos garotos passou seu material escolar para o outro e me chamou para a briga. Não me fiz de rogada e meti uma porrada na cara dele, que perdeu o equilíbrio e foi em direção ao barranco que servia de limite para a rua de chão batido onde estávamos. Prendi o pescoço dele com meu braço esquerdo e passei a socá-lo com a mão direita de forma violenta. Fiquei totalmente cega de raiva. Quando dei por mim estava no centro de uma roda formada por estudantes, da minha escola, que gritavam animadamente para que eu arrebatasse a cara do tal garoto. Só parei de socá-lo quando ele começou a chorar e jurou que não ia mais me provocar. Depois daquela briga tive sossego por um bom tempo na escola. E cada vez que me sentia acuada eu dava umas porradas em algum garoto metido a valentão e conquistava um pouco de respeito por mais algum tempo. Foi assim até terminar o curso ginasial. Ainda na quinta série tive que aprender a ficar atenta para não sofrer agressões físicas, já que as agressões verbais nem sempre eu podia evitar. Estava a caminho da aula de educação física e faltavam algumas quadras para chegar à escola. Num terreno baldio, com um matagal alto, um homem completamente nu da cintura pra baixo se masturbava tranquilamente. Fiquei um pouco assustada ainda mais quando ele começou a acenar pra que eu fosse até ele. Apressei o passo até chegar à escola. Não comentei o fato e fiquei na expectativa de que outra criança tivesse visto a mesma cena. Ninguém falou nada. Comecei a

me questionar como aquele homem sabia quem eu era? Como ele sabia do que eu gostava? Na segunda vez que isso aconteceu, observei que havia um cavalo branco, amarrado, pastando no terreno em frente e deduzi que o homem que se masturbava era o dono do cavalo. Assim, quando eu via o cavalo, eu dava a volta na quadra e fugia de um possível ataque. Em certa ocasião, porém, o cavalo não estava no local de sempre e desci a rua tranquilamente. Pra minha surpresa o homem havia amarrado o cavalo no mesmo terreno onde ele estava. A partir daquele dia mudei definitivamente meu caminho para a escola. Diante de um sinal de perigo eu mudava o caminho novamente. Nunca tive coragem de contar isso a ninguém com medo de ser responsabilizada por uma situação de violência que se anunciava. Infelizmente isso continua acontecendo e eu continuo mudando meu caminho constantemente (narrativa de pesquisa, 2018).

Em diálogo com a narrativa acima, onde uma vida não pode florescer e expandir, Judith Butler, implicada com produção de condições e de políticas que garantem a vida, chama nossa atenção para nos reconhecermos como precários. A precariedade, pode ser compreendida como a tentativa de nos mantermos na vida. Precários somos todos. Mas a precariedade é resultado de esforços que nos colocam em posições de desigualdade.

A precariedade tem de ser compreendida não apenas como um aspecto desta ou daquela vida, mas como uma condição generalizada cuja generalidade só pode ser negada negando-se a precariedade enquanto tal. ... Além disso, a própria ideia de precariedade implica uma dependência de redes e condições sociais, o que sugere que aqui não se trate de vida como tal, mas sempre e apenas das condições de vida, da vida como algo que exige determinadas condições para se tornar uma vida vivível e, sobretudo, para tornar-se uma vida passível de luto. ... Onde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida. ... Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a vida em si mesma ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões mais árduas (Butler, 2015, p. 42-43).

Temos aprendido com essas experiências-crianças, lembradas no precário, que o existir na dignidade não se faz apenas com nossa atenção e no valorar dos processos criativos que assegurem na resistência a sustentabilidade de uma vida. Importante que nos impliquemos, mas implicar talvez não seja suficiente para garantirmos as condições da vida. Não podemos esquecer que uma vida não se sustenta sozinha. E por sabermos disso é que precisamos nos comprometer e garantir a produção de políticas e condições sustentáveis que extrapolem as marcas das desigualdades que uma vida pode ter. Nossas políticas e as condições de vidas inventadas na precariedade precisam compreender que toda vida pode ocupar, na intensidade do vivido, a precariedade. A precariedade não está numa vida, ainda que saibamos que algumas vidas se encontram em condições de subalternização. Isso reforça o nosso compromisso com vidas que para alguns não fazem falta. Nossas lutas a favor da sustentação da vida precisam ser

garantidas no vivível. A compreensão da precariedade, plano ético que nos faz habitar um comum, pode criar outros mundos, quando implicados estamos em lutar para a sustentabilidade da vida. E outra experiência-criança comparece:

Cresci rodeado de irmãos e irmãs, primos e primas, vizinhos e vizinhas. Era tudo misturado. Crianças de todo tipo se juntavam para brincar de tudo. Ideias era o que não nos faltava. Gostávamos de brincar de escolinha. Eu pelo menos gostava muito. Juntava as cadeiras, bancos e me punha a dar aulinhas para a meninada. Gostava dessa brincadeira. Adorava castigar as crianças. Colocar de castigo, puxar orelhas, dar reguadas. Fazia o que tinha de pior na escola. Até aí, era tudo normal. Ninguém estranhava e brigava. As crianças deixavam e os adultos riam. Só tinha um problema na brincadeira. Não aceitava que me chamassem de professor. Não aceitava aquilo. Exigia que me chamassem de professora. Não conhecia professores. Tudo mulher na escola. Logo, tinha que ser professora também. Para as crianças nada demais, me chamavam de professora e eu adorava ser chamado de professora. Um certo dia, minha tia ouviu as crianças me chamando de professora. Professora pra lá, professora para cá. E deu o maior barraco. “Ele não é mulher, logo não pode ser uma professora”, disse ela. Depois desse dia, nunca mais me deixaram ministrar as aulinhas, só podia ser aluno. Ficou sem graça, não brinquei mais de escolinha (narrativa de pesquisa, 2018).

Eis, justamente, a precariedade em experiências que não podem ser encontradas nos manuais de bons comportamentos de puericultura, da boa pedagogia e da psicologia do desenvolvimento. Por transbordarem em si, não cabem e não estão nesses lugares. Seu lugar é o não lugar, lá onde o adulto não consegue alcançar e/ou chegar. Nesses lugares que buscam fixar a criança, com as línguas que dizem as mesmas coisas delas e sobre elas, o que podemos encontrar, talvez, seja somente o cheiro da morte que nos ronda na condição de precários.

As experiências-crianças, vidas precárias, que contribuem com esta escrita, aqui se inscrevem por contaminações e aproximações nas políticas da amizade. Andam em bandos. Se juntam em artistagens e produzem rotas de fuga como nos ensinaram René Schérer e Guy Hocquenghem (2016). Em bando, quando convocadas, como feitiços que não se explicam e não se ensinam, apareceram, desapareceram e reapareceram. Em suas aparições, de saída, esbugalham os olhos diante do perigo que ronda suas vidas e desconfiam do que é facilmente explicável. Elas sabem, a partir de suas experiências com o corpo, o gênero e a sexualidade, dos projetos narcísicos dos adultos que as cercam nas instituições de sequestro. Os adultos amam o igual, e pelo igual buscam colonizar o que não é espelho.

As experiências-crianças, vidas precárias, que conosco se põem a narrar como exercício político, sabem fazer antropofagia e se sentem felizes com as hibridizações fabricadas nas fronteiras do sistema sexo/gênero. Espertas em si, sabem tatear, farejar, e percebem nos colos

que as acariciam restos do colonizador! A experiência-criança como força novidadeira assombra os acordos do mundo sequestrante dos adultos e da moral colonizadora que são reiteradas por instituições de sequestro em seus apegos pela identidade e por um nome. Por amar a identidade e o nome que correspondem ao sistema sexo/gênero, qualificados pelo espelho da heterossexualidade, com seus privilégios e hierarquias, instauram o pânico moral e contribuem para a organização da precariedade de vidas em dissidências. As experiências-crianças com as quais conversamos e com as quais contribuimos em políticas de narratividade não precisam de nome! São experiências e, sendo experiências, somos nós e muitos outros. Os adultos temem a presença daquilo que não possui um nome, aquilo que se mostra como outro. E quem são esses outros? Como resposta inconclusa a esta pergunta, poderíamos dizer com Skliar (2003) que são os inomináveis. As experiências-crianças, as que nascem todos os dias em nós, sabem fazer a terra tremer, ranhuras na infância, na identidade e no desejo do colonizador. Elas não cabem em si, por isso, maliciosamente, brincam. Brincando, aprontam, e aprontando, produzem deslocamentos.

O deboche do precário

Outra brincadeira que eu gostava era de passar anel. Quando chegava a minha vez com o anel, não perdia tempo. Colocava o anel na mão do menino mais bonito da brincadeira. Preferencialmente os mais velhos. Os da minha idade não interessavam. Fazia de conta que o anel havia caído na mão do menino. Logo a brincadeira tinha que começar de novo. Pois não concordavam que deixasse o anel na mão de um menino. Ao menino por mim escolhido, só cabia a vergonha e o deboche dos demais (narrativa de pesquisa, 2018).

Crianças em dissidências não são anjos, sabem que não são, não querem ser. No não de suas existências, escapam das infâncias bem-comportadas e produzem linhas de fugas por dentro das instituições de sequestro. O deboche ronda a ação desejanste da criança em dissidência. Ela instaura, no ato, uma breve fuga à bem organizada produção em massa da heterocisgeneridade. Compreendemos, com as escolhas epistemológicas com as quais produzimos alianças, que as instituições de sequestro, alinhadas em planos e estratégias comuns, buscam garantir, a todo custo e custe o que custar, uma forma-criança que caiba perfeitamente no dispositivo da infância e no sistema sexo/gênero em seus privilégios. Ainda que, para isso, mortes sejam anunciadas. Estas instituições de sequestro podem se materializar na família,

escola, igrejas, cinema, currículos, entre outros espaços. As instituições de sequestro operam como ortopedias disciplinares que a tudo buscam endireitar. Investimentos é o que não nos falta! A obra *Cronos cortou as asas de Cupido*², do pintor francês Pierre Mignard, datada de 1694, já nos alertava sobre as ortopedias e os processos disciplinares. Assim como Cronos, as instituições de sequestro buscam incansavelmente cortar nossas asas, engessar nossas munhecas, endurecer nossas cinturas, vigiar nossas bundas, engrossar nossas vozes e, por fim, dizer “menino!” ou “menina!” para quando as asas se forem e o corpo ex-angelical requisitar uma identidade de gênero. A partir de Cronos, todas as crianças estão a meio caminho de serem capturadas pelas instituições de sequestro. Sabemos disso, pois desde sempre ouvimos:

Não passe por aquele caminho, pois lá mora uma bruxa que faz sopa de criança teimosa. Não ande com aquele menino, ele não é uma boa companhia para você. Nunca aceite balas e doces de estranhos, eles podem te sequestrar. Cuidado com os ciganos, eles comem criançinhas. Não sente no colo de estranhos. Não tranque a porta do quarto e do banheiro. Menino, o que faz tão quietinho aí, aposto que está aprontando. Vou cortar as suas asinhas, você está muito atrevidinho. Nada fica escondido sob o olhar de Deus. Pode até achar que está me enganando, mas Deus está vendo e Ele castigará você. Nem pense em fugir de casa, pois quando voltar, na hora que sentir fome, tomará uma bela surra! (narrativa de pesquisa, 2018).

Estas histórias que, em alguns instantes, têm o poder de capturar na lógica da mesmidade, se espalham em outras narrativas. Os perigos contados pelas vozes que nos querem bem não se reduzem à pedagogia do familiar. Pela escola e outros espaços institucionais, elas se multiplicam! O que os donos das necro-histórias não sabem é o que as crianças em dissidências, em fugas que podem durar um átimo de segundo, fazem com elas. Compreendemos com Carlos Skliar (2003) que o outro, aquele e aquilo que ameaça a norma, pode ser e/ou vir a ser o

que não queremos ser, que odiamos e maltratamos, que separamos e silenciemos, que profanamos e ultrajamos, mas que utilizamos para fazer nossa identidade algo mais confiável, mais estável, mais seguro; é um outro que tende a produzir uma sensação de alívio diante de sua invocação – e também diante de seu mero desaparecimento; é um jogo doloroso de presenças e ausências (Skliar, 2003, p. 121).

Na condição de outro, precários, dissidentes, deformamos, manchamos e trincamos os espelhos. Enfeamos tudo aos modos da criança travessa. Enquanto deformamos e enfeamos, mostramos ao mundo a fragilidade das instituições de sequestro com seus espelhos, mas nem

² A obra de arte *Le Temps coupant les ailes de l'Amour* pode ser visualizada em: <http://www.artnet.com/artists/pierre-mignard-the-elder/le-temps-coupant-les-ailes-de-lamour-ahZTPRoAZHjt3g10LJBCSA2>

por isso deixamos de ouvir uma cantoria diária que produz o outro como maléfico, perigoso, demoníaco etc.

Quando íamos sair da escola para pedir prendas para a festa junina, nossa professora fazia um monte de recomendações e nos alertava para nunca irmos para “aqueles lados”, e apontava para a direção da Zona do Baixo Meretrício. O bairro era chamado de zona mesmo, por contar com muitas casas de prostituição. De tanto a professora falar pra não ir, acabamos indo. A princípio parecia um bairro como outro qualquer, com casas iguais às que existiam em outras regiões da cidade, com a diferença que muitas não tinham muro na parte da frente e nem jardim. Tinha uma espécie de estacionamento. Outras casas tinham placas informando que ali era “CASA DE FAMÍLIA”. Na frente de uma casa, porém, tinha um enorme letreiro escrito “IEDA”. Fiquei curiosa e perguntei para as outras crianças o que era Ieda. Uma das meninas respondeu que era o nome de uma puta que morava naquela casa. Aquele letreiro, continuou a menina, tinha um monte de lâmpadas que acendiam à noite para indicar o local exato onde a Ieda morava. “Isso mesmo, uma puta! Os caras pagam pra meter nela”, explicou outra criança. Fiquei em silêncio olhando para o letreiro, imaginando meu nome em um letreiro gigante com luzes brilhantes e ainda ganhando dinheiro pra meter. Seria maravilhoso! (narrativa de pesquisa, 2018).

O outro com seus mistérios nos ronda e nos espia com suas presenças e ausências. Podemos senti-lo pertinho de nós. Sua respiração se faz ouvida/sentida. E isso nos empolga a novas experimentações. O outro funciona como força atrativa! Centro de atração. Ele nos faz cócegas permanentemente. A presença e ausência do outro oferecem-nos forças atrativas para continuarmos nossas aventuras com as experiências-crianças. Às crianças, essas criaturas de que nada sabemos, se criam fantasmas como forma e tentativa de controle. Mas suas criações não garantem a tranquilidade para o bom sono e sonho do adulto. O outro como fantasma ronda a todos e nos mostra a precariedade da vida e dos projetos de vida feita pela arrogância do adulto. Os adultos vivem apavorados com a presença dos fantasmas que criaram. Suas criações os assombram. A experiência-criança, tateando a vida e a presença do outro, afugenta o fantasma com seus risos ou, mesmo com medo dos fantasmas, não temem se enfiar embaixo de cobertas para afugentar o fantasma virando outro fantasma. E as crianças com suas experiências, esses seres de outros planetas, sabem, no sentindo com o corpo, que apenas uma escorregadela, uma requebrada, uma bater a bunda no chão, uma caminhada com o salto de sua mãe, podem lhe tornar um outro para sempre. E por saber, andando na corda bamba, a criança, ao aprontar, aparece.

Tenho uma foto de infância que nunca foi colocada num porta-retrato para enfeitar minha casa. Meu tio de Belo Horizonte veio com uma máquina fotográfica nos visitar e se pôs a nos fotografar. Fizemos várias poses no quintal de casa. No quintal de casa havia um pedaço de pau que servia para amarrar a corda do varal de secar roupas. Não perdi tempo. Me arrumei todo para fechar com o flash. Ali, naquele momento com sete anos de idade, ou menos, não sei dizer,

fiz uma pose de criança bicha. A criança bicha dali em diante apareceu. Mas aquela foto, linda a foto, ficou escondida por muito tempo nos guardados de família. Ela só se tornou pública em minha casa quando me assumi bicha (narrativa de pesquisa, 2018).

Para sair bem na foto, as crianças em dissidências quebram os protocolos e se arriscam em performances que não se sustentam por muito tempo! Fazem pose, fora da pose! Querem fechar nas capas de revistas. Nas forças que não se capitalizam nesse corpo estranho da experiência-criança fora do dispositivo da infância, abrem-se possibilidades de borragens da heteronormatividade compulsória. Frágil heteronormatividade! Através de olhares de reprovação, as crianças em dissidências com o corpo-gênero-sexualidade, porque atrevidas, são colocadas e se colocam em viagens sem fim. E como a experiência-criança bem sabe, numa viagem, o primeiro passo se faz em descaminhos. Uma viagem representa perigo e fascinação! Sabemos que, para continuar a produzir vida, precisamos continuar a viagem. Numa viagem nas dissidências, e como dissidências, pisamos em terras feitas de areia fofa, onde a ação do vento faz aparecer e desaparecer o que tomamos como algo que sempre nos pareceu aí estar.

Aprendemos com Larrosa (2014), Schérer e Hocquenghem (2016), Foucault (2006, 2013), Skliar (2003), Gayle Rubin (2017), Judith Butler (2015), Beatriz Preciado (2014, 2017), que crianças em dissidências existem na precariedade e nos assombram com seus arrombos. As crianças e as experiências-crianças em dissidências, em bandos, manipulando restos, sucatas, tempos e espaços heterotópicos, enfraquecem as confortáveis operações dos dispositivos da infância em sua obsessão por conformar o que não se conforma ao sistema sexo/gênero. Nossos corpos, gêneros e sexualidades se traem em experiências, e as experiências-crianças em precariedade, quando não exterminadas pela norma, riem de tudo isso.

As aulas de educação física eram separadas por gênero: meninos faziam aula com um professor e as meninas com uma professora em dias diferentes. As aulas aconteciam no contrarturno em dias intercalados, ou seja, meninos terças, quintas e sábados e meninas segundas, quartas e sextas. ... No entanto, em certa ocasião eu fui o centro das atenções quando um garoto trouxe uma revista importada, desviada furtivamente de uma banca de jornal que funcionava na rodoviária. Na tal revista, escrita em inglês, viam-se muitas fotografias de mulheres nuas e casais trepando. Quando abriram a revista no pôster central foi a maior gritaria e fizeram questão de me chamar para mostrar uma imensa foto de uma mulher com pau. Aquela figura enigmática deixou a todos confusos. Como era possível uma mulher ter seios e pau ao mesmo tempo? Para alguns garotos eu seria como a mulher da foto, com a diferença que ela era asiática. Fiquei hipnotizada com aquele corpo e olhei cuidadosamente cada uma de suas fotografias que ilustravam algumas páginas da revista, além do pôster. Escrevi seu nome numa folha do meu caderno: SULKA, a mulher com pau. Aquela imagem não me saía da cabeça e procurava entender como um corpo daquele era possível. Evidentemente que continuei sem resposta por

um bom tempo, mas a imagem daquela japonesa, com longos e encaracolados cabelos vermelhos, ainda é muito presente na minha vida (narrativa de pesquisa, 2018).

Com o que podemos apresentar nesse exercício de coragem com as crianças em dissidências e suas experiências, mantemos o tom da pergunta que abre esta conversa: por que temos tanto medo da experiência-criança em dissidências? Que desserviço é esse de que nos acusam? Atrevemo-nos a dizer que o medo acontece por sabermos que as crianças em dissidências podem fazer a norma ruir, nos mostrando, ainda que às escondidas, que não existe nada de natural com o corpo, o gênero e a sexualidade. Estamos aprendendo, com essas experiências-crianças incorpóreas e inomináveis, que nelas cabem a utopia e a esperança. Foucault (2013, p. 8) vai nos dizer que

a utopia é um lugar fora de todos os lugares, mas um lugar que eu teria um corpo sem corpo, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito em sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado; pode bem ser que a utopia primeira, a mais inextirpável no coração dos homens, consista precisamente na utopia de um corpo incorporeal. O país das fadas, o país dos duendes, dos gênios, dos mágicos, este é o país onde os corpos se transportam tão rápido quanto a luz, o país onde as feridas se curam com um bálsamo maravilhoso na duração de um relâmpago, o país onde se pode cair de uma montanha e reerguer-se vivo, o país onde se é visível quando se quiser, invisível quando se desejar.

Na experiência-criança em dissidências utópicas em que cabem um mundo inteiro de imaginação e desejos, podemos existir! Sonhamos com nossas lutas na emergência do presente, com a existência de lugares heterotópicos que extrapolem o poder da memória e que garantam condições de nascimento e de vida em sua plenitude. Para que isso aconteça, precisamos, como nos convocou Butler (2015), criar as condições. As experiências das crianças em dissidências, ao manipularem o senso de ocasião, as próteses, as artimanhas e o que está à sua disposição, nos mostraram isso. Sobreviventes. Mas elas não querem apenas sobreviver, precisam viver uma vida digna.

Para não concluir, apenas criar de novo

Amava uma série que passava na televisão nos anos 80. Mulher maravilha. Me lembro que no momento que ela se mostrava como heroína, ela girava feito um pião. Era o movimento giratório, um frenesi em espiral, relâmpago como mágica de Saci Pererê que a transformava na Mulher Maravilha. Não perdia tempo. Vivia girando desejando ser a Mulher Maravilha. Vivia

com o corpo roxo de tanto cair de tonto e bater nos móveis. Os olhos da família me comiam vivo. Em momentos riam achando que era coisa de criança artista, em outros me diziam que eu precisava ser um herói homem. Não queria ser um herói homem. Ficava sem graça com aqueles olhares... fui parando de girar... mas não de desejar ser a Mulher Maravilha. Era fascinante, linda, diva (narrativa de pesquisa, 2018).

As histórias, fragmentos, até aqui narradas são marcas de um tempo criancero dentro do tempo, são imagens, lampejos, brincadeiras. São imagens de cabelos-toalhas, de giro-maravilha, de menino-professora. Esses fragmentos, na força de seus comparecimentos, contribuem, entre desvios e desavisos, com vibrar o dispositivo da infância. De certo modo, são essas histórias que fazem com que, aos poucos, o corpo consiga entrar em parafuso com as lógicas binárias. Se nos queremos corpos-precários, fazemos da nossa própria precariedade uma forma de luto e luta. As crianças e as experiências-crianças em dissidências, dessas que nada sabemos, desfilam em nós e por aí. Suas histórias, individuais e coletivas, importam.

A criança e a experiência-criança serão sempre novidade.

Diante de uma era que é capturada por imagens, os meios de comunicação são tão fortes quanto as imagens típicas das famílias que brigam com suas crianças por suas dissidências. O Google, o Facebook, o YouTube e tudo o mais contribuem para essas imagens e infâncias tão enfadonhas e, por vezes, parece que a única alternativa é se desligar dessa enxurrada de infâncias capturadas. Todavia, como Preciado (2017) lembra, o corpo é aquele que, criticamente, faz uso das tecnologias nas quais vive e inverte seus usos em brincadeiras e experiências sem fim. Inventamos novos afetos, novas coragens, novos transes, novos mergulhos para cada infância acorrentada às genéricas imagens-de-criança.

Falamos corpo porque sabemos que, ali onde se lê corpo, fala-se de vida contradispositivo, fala-se de vida em resistência. Vivemos com os corpos roxos, como a infância-maravilha fala, de tanto cair e bater em quinas por aí; mas também exibimos a roxidão e os hematomas das lutas que conquistamos. Apontam-nos pelas ruas e desejam-nos mortas, mas estamos longe disso; estamos apenas por aí contando histórias.

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas; aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de se percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagens contínuas: tentar reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (Calvino, 1991, p. 150).

Daí, de certo modo, é que Gayle Rubin (2017, p. 83) nos convida a transitar por entre os corpos que descem, sem limite, nas hierarquias sociosexuais, afinal, ali, onde os “indivíduos que os praticam se veem sujeitos à presunção de doença mental, de falta de idoneidade, tendência a criminalidade, restrição de mobilidade social e física, perda de apoio institucional, sanções econômica e processos penais”, é que vamos, efetivamente, conhecer a vida onde ela pulsa sempre como novidade, sempre por imagens diferentes. Ensejam fazer de todo e qualquer corpo dissidente o mais desacreditado possível.

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que está aqui”, Calvino nos lembra. Chamam-nos por muitos nomes, às vezes por inferno, por demônios, viados, bichas, feiticeiras – mas, em meio à infernal vida de que querem nos acusar, fazemos arranjos, amizades, complôs.

Se o inferno existe, vivemos em busca de experiências não infernais. E as experiências de não inferno vêm sempre acompanhadas de muita vontade de viver.

Referências

- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calvino, I. (1991). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes do fazer* (7a ed., Vol. 1). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2006). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições.
- Larrosa, J. (2014). *Tremores: escritos sobre experiências*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual: práticas subversivas da identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições.
- Preciado, B. (2017). *Transfeminismo*. São Paulo: n-1 edições.
- Rubin, G. (2017). *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora.
- Schérer, R., & Hocquenghem, G. (2016). *Coir, álbum sistemático da infância*. Rio de Janeiro: Uerj.

Skliar, C. (2003). *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A.

Referência consultada

Foucault, M. (2014). *Ditos e escritos: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (Vol. 4). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Submetido à avaliação em 21 de julho de 2018; revisado em 17 de setembro de 2018; aceito para publicação em 09 de outubro de 2018.